

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.039/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00.081/2025

ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA, COM FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIDROS TIPO INCOLOR, FANTASIA E ESPELHO NAS UNIDADES ESCOLARES E DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/05/2026, 10h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

UASG: 450573

MODO DE DISPUTA: ABERTO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP: SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA ME/EPP: NÃO

1. DO OBJETO	2
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	2
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASGOV	4
4. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	6
6. DA FASE DE JULGAMENTO	9
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	10
8. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	18
9. DA CONTRATAÇÃO	19
10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	20
11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	21
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	21
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24

Este Edital, seus anexos, e o resultado do Pregão, constarão no Sistema Comprasgov, bem como do site: <http://transparencia.osasco.sp.gov.br>

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasgov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerá a última.

Edital- fls. 2/60

TORNA-SE PÚBLICO QUE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, POR MEIO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, SEDIADA NA RUA NARCISO STURLINI, 161, CENTRO, OSASCO / SP, REALIZARÁ LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 13.877, DE 30 DE AGOSTO DE 2023, E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS E, AINDA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para **prestação dos serviços de VIDRAÇARIA**, com fornecimento e colocação de vidros tipo incolor, Fantasia e espelho nas unidades escolares e dependências da Secretaria da Educação, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital e seus anexos;

1.1.1. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes neste Edital e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento das obrigações assumidas com a assinatura do CONTRATO.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o terceiro dia útil anterior a data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, atendidas as condições previstas no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal 13.877/23 e no presente edital.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

Edital- fls. 3/60

- 2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- 2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.4. Empresas suspensas temporariamente para licitar, impedidas de licitar e contratar com a **Prefeitura do Município de Osasco**, ou que tenham sido declaradas **inidôneas** para licitar e contratar com a Administração Pública e não tenham sido reabilitadas;
- 2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.9. Fica expressamente proibida a subcontratação, seja total ou parcial, do objeto da presente licitação;
- 2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o **item 2.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.7.2 e 2.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

Edital- fls. 4/60

2.11. O disposto nos **itens 2.7.2 e 2.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. A vedação de que trata o **item 2.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASGOV

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **proposta** na forma expressa, com o **preço** conforme o **critério de julgamento** adotado neste Edital, com duas casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em **campo próprio do sistema**, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que **cumpram plenamente os requisitos de habilitação** definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. **Não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, **empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.4. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Edital- fls. 5/60

3.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.3** ou **3.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

3.9.1. Visando a celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, o licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.11. Do Preenchimento da Proposta:

3.11.1. As propostas deverão ser preenchidas de acordo com o **Anexo II**;

3.11.2. A Proponente deverá ofertar seu preço unitário, expresso em reais, obrigatoriamente com 02 (duas) casas após a vírgula;

3.11.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;

3.11.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.11.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

3.11.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

Edital- fls. 6/60

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

3.11.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90** (noventa) **dias**, a contar da data de sua apresentação;

3.11.8. O Considerando que o licitante já declarou que sua proposta está de acordo com as condições do Edital, a descrição do produto será examinada de forma objetiva, na fase de aceitação.

4. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até **3** (três) **dias úteis** antes da data da abertura do certame;

4.1.1. As respostas as impugnações ou aos pedidos de esclarecimentos, serão divulgados no Sistema Comprasgov e Portal da Prefeitura de Osasco <https://transparencia.osasco.sp.gov.br>, para visualização dos interessados, no prazo de até **3** (três) **dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior a data da abertura do certame;

4.1.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico secol@osasco.sp.gov.br, no horário oficial de Brasília, nos dias úteis, **até as 17 horas**;

4.1.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

4.1.4. A concessão de efeito suspensivo a impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação;

4.1.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

5.1.1. Será **desclassificada** a proposta que identifique o licitante;

5.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Edital- fls. 7/60

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL GLOBAL**

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O **intervalo mínimo** de diferença de **valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá **ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)**.

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9. O procedimento seguirá de acordo com o **Modo de disputa ABERTO**.

5.10. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Edital- fls. 8/60

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances);

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e art. 69 do Decreto Municipal 13.877, de 2023.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

Edital- fls. 9/60

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Prefeitura de Osasco - <http://transparencia.osasco.sp.gov.br>;
- c) TCU / Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;
- d) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP - <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apenados>;
- e) SIT – Certidões – Ministério do Trabalho e Emprego - <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>.

6.2. Caso as condições de participação sejam atendidas, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, verificando sua adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação, conforme estabelecido neste Edital e em seus anexos.

6.4. O órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, com as especificações definidas no Termo de Referência.

6.5. **Não serão aceitas propostas com o valor unitário superior ao estimado,** conforme **item 2.2 do Termo de Referência – ANEXO I.**

6.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

- 6.6.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

Edital- fls. 10/60

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto.

6.9. DO ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA

6.9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada;

6.9.1.1. Na impossibilidade de anexar no sistema COMPRASGOV, deverá encaminhar a proposta adequada ao último lance ofertado, no endereço eletrônico secol@osasco.sp.gov.br;

6.9.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.10. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 13.877, de 2023.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, será verificada junto ao **SICAF**, nos termos do art. 117 do Decreto Municipal nº 13.877, de 2023;

7.1.2. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos no **item 7.16** deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

7.2. Na hipótese da participação de **empresas estrangeiras** que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser **empresa estrangeira** que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que **atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Edital- fls. 11/60

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que **cumprе as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação a integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.8.1. Os **documentos exigidos para habilitação** que **não estejam contemplados no Sicaf** serão **enviados por meio do sistema**, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contadas da solicitação do pregoeiro.

7.9. A **verificação no Sicaf** ou a exigência dos **documentos** nele não contidos somente será feita em relação ao **licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento (Art. 63, II da Lei Federal 14.133/2021).

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

7.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de

Edital- fls. 12/60

uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.8.1** deste Edital.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14. **DAS EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**

7.14.1. Os consorciados devem apresentar comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, discriminando a empresa líder, a participação de cada uma das empresas e a responsabilidade solidária dos consorciados por atos praticados na fase de licitação e no decorrer da execução do contrato;

7.14.2. A habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado;

7.14.2.1. Para fins de comprovação da **qualificação técnica** constante no **item 7.16.4** e subitens serão admitidos atestados de capacidade técnica apresentados em nome de qualquer uma das empresas que compõe o consórcio, sendo admitido o seu somatório, conforme disposição contida no art. 15, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.14.2.2. Para fins de comprovação da **qualificação econômico-financeira** constante no **item 7.16.3** e subitens serão admitidos somatório dos valores de cada consorciado.

7.14.2.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um **acréscimo de 10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao **valor** exigido para os licitantes individuais.

7.14.3. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, o registro da constituição do consórcio, nos termos do compromisso referido no **item 7.14.1** deste edital.

7.14.4. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do contrato.

7.14.5. Qualquer alteração na composição do consórcio, inclusive quanto à indicação da empresa líder, deverá ser previamente autorizada pela Administração, a fim de se verificar se permanecem válidas as condições de habilitação do consórcio, não se admitindo a inclusão posterior de empresa que não seja uma de suas componentes originais.

7.14.6. Para o fim de comprovar a **habilitação jurídica e a regularidade fiscal e trabalhista**, cada consorciado deve apresentar os documentos exigidos nos **subitens 7.16.1 e 7.16.2** deste Edital.

7.14.7. Qualquer empresa que integrar um consórcio para concorrer ao lote, não poderá participar, neste mesmo lote, isoladamente ou compondo outro consórcio.

7.14.8. Admite-se a participação de empresas reunidas em consórcio, limitadas ao número de 2 (duas) empresas.

7.15. **DAS COOPERATIVAS**

Edital- fls. 13/60

7.15.1. Será exigida a seguinte documentação complementar:

7.15.2. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

7.15.3. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.15.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

7.15.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.15.6. Os seguintes documentos para a comprovação da REGULARIDADE JURÍDICA DA COOPERATIVA:

a) Ata de fundação;

b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

7.15.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.16. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.16.1. **Habilitação jurídica:**

7.16.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);

7.16.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

7.16.1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

7.16.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

7.16.1.5. Se Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, essa condição deverá estar demonstrada na documentação apresentada;

Edital- fls. 14/60

7.16.1.6. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.16.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.16.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.16.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ** ou no Cadastro de **Pessoas Físicas**, conforme o caso;

7.16.2.2. Prova de **inscrição no cadastro** de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.16.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.16.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade cujo exercício contrata ou concorre;

a) No caso de a licitante ter domicílio ou **sede no Estado de São Paulo**, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.

7.16.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa aos tributos mobiliários;

7.16.2.6. Caso o fornecedor seja considerado **isento** dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.16.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

7.16.2.8. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, através de Certificado de Regularidade do **FGTS** – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.16.2.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) nos termos da Lei nº 12.440/2011;

Edital- fls. 15/60

7.16.2.10. As provas de regularidade deverão ser feitas por **Certidão Negativa** ou **Certidão Positiva com efeitos de Negativa**. As Certidões poderão ser obtidas através de Sistema Eletrônico junto a Internet, ficando a aceitação condicionada à confirmação de sua validade por parte da Comissão.

7.16.3. Qualificação Econômico-Financeira:

7.16.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta dias) **dias** da data de abertura do certame;

7.16.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma de Lei **que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;**

7.16.3.2.1. **Os documentos referidos no item 7.16.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;**

Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei os Balanços Patrimoniais e demonstrações contábeis apresentados:

1) **Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):** - por fotocópia do livro Diário: contendo Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, inclusive com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

2) **Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:** - por fotocópia do livro Diário: contendo Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, inclusive com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

3) **Sociedade criada no exercício em curso:** fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio dos licitantes ou em outro órgão equivalente;

4) **Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):** publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, conforme art. 289, ou publicados na forma eletrônica para companhias fechadas, conforme art. 294; e por fotocópia do livro Diário: contendo Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, inclusive com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

5) O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

6) **As empresas optantes do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar, impresso diretamente do arquivo SPED contábil:**

Edital- fls. 16/60

- ✓ Termo de Abertura e Encerramento; (detentor do número do recibo de entrega/HASH da escrituração);
- ✓ Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital; **com o número do recibo de entrega/HASH da escrituração**;
- ✓ Balanço Patrimonial **com o número do recibo de entrega/HASH da escrituração**;
- ✓ Demonstração de Resultado do Exercício; **com o número do recibo de entrega/HASH da escrituração**;

7) A data limite de apresentação do Balanço patrimonial e Demonstrações Contábeis dos exercícios financeiros de 2024 e 2023 será até o último dia útil do mês de junho. Após estas datas, o Balanço patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser dos exercícios de 2025 e 2024.

7.16.3.2.2. A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através de cálculo de índices de balanço apresentado pelo licitante, conforme demonstrativo abaixo:

ÍNDICES	VALORES	ACEITÁVEIS
Índice de Liquidez Corrente ILC =	$\frac{AC}{PC}$	= (igual ou maior) = > 1,00
Índice de Liquidez Geral ILG =	$\frac{AC+RLP}{PC+ELP}$	= (igual ou maior) = > 1,00
Índice de Endividamento IE =	$\frac{PC + ELP}{AT}$	= (igual ou menor) = < 0,50

LEGENDA:

AC: Ativo Circulante

PC: Passivo Circulante

ELP: Exigível a Longo Prazo

RLP: Realizável a Longo Prazo

AT: Ativo Total

7.16.4. Qualificação Técnica:

7.16.4.1. comprovação da realização de serviços similares ao objeto desta licitação, conforme definido no Termo de Referência.

7.16.4.1.1. A comprovação dar-se-á por meio de **atestados de capacidade técnica**, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem a execução de atividades compatíveis em características, quantidades e prazos, nos termos do **art. 67, §§ 2º e 5º, da Lei nº 14.133/2021**.

7.16.4.1.2. Considera-se compatível a apresentação de **50 % (cinquenta por cento)**, em relação à estimativa de serviços do quantitativo total do termo de referência;

Edital- fls. 17/60

7.16.4.1.3. O quantitativo previsto no subitem 7.16.4.1.2, poderá ser comprovado por intermédio da apresentação de múltiplas Certidões/Atestados;

7.16.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

7.16.4.3. Nos atestados de capacidade técnica apresentados em favor de consórcio que não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado, serão adotados os critérios conforme incisos I e II, do §10, do Art. 67, da Lei Federal nº 14.133/21;

7.16.4.4. O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

7.16.4.5. Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do atestado e a licitante, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

7.16.4.6. **Vistoria Técnica**

7.16.4.6.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

7.16.4.6.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.16.4.6.3. O licitante que optar por realizar vistoria prévia, deverá agendá-la em horário de expediente e com antecedência junto à **Secretaria de Educação** pelo **e-mail**: wesleysouza@osasco.sp.gov.br ou **telefone**: (11) 3651-9414, poderá ser realizada até um dia antes da sessão pública.

7.16.4.6.4. Realizada a visita, será entregue ao representante da interessada a **Declaração de Visita Técnica**, conforme **ANEXO III deste** Edital, emitida pela **Secretaria de Educação** em nome da licitante, a fim de comprovar o seu comparecimento aos locais dos serviços.

7.16.4.6.5. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, **DEVERÁ** apresentar **declaração de opção por não realizar a visita técnica**, conforme **Anexo IV deste** edital. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.16.5. **Documentação complementar:**

Edital- fls. 18/60

7.16.5.1. Declaração subscrita por Representante Legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelo – **Anexo V**, atestando que:

a) Declaração firmada pelo Representante Legal da Empresa, sob as penas da Lei, de que, no ano-calendário de realização da licitação, os contratos celebrados com a Administração Pública, cujos valores somados não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.16.6. O Licitante que apresentar **declaração** falsa exigida para o certame, e ensejar o retardamento da licitação, estará sujeito à aplicação das **penalidades** previstas no Decreto Municipal nº 13.877/23, e poderá ficar impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

8. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

8.1. Finalizada as fases de Julgamento das propostas, bem como, à habilitação, o sistema abre automaticamente prazo para registro de intenção de recurso, cabendo ao pregoeiro estabelecer o prazo de encerramento de intenção de recurso.

8.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21 e seguirão os seguintes termos:

8.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.2.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**;

8.2.3. O prazo para apresentação das razões recursais será de **3 (três) dias úteis**, contados da data de convocação ou de lavratura do termo de julgamento;

8.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

8.2.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos;

8.2.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

8.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão reconhecidos;

8.2.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

8.2.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.3. A falta de manifestação da licitante no prazo estabelecido acarretará a decadência do direito de recurso, submetendo à adjudicação.

8.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria Executiva de Compras e Licitações – SECOL, Rua Narciso Sturlini, nº 161 - Centro - OSASCO / SP, em dias úteis, no horário das 09:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas.

Edital- fls. 19/60

8.5. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidas exclusivamente por meio eletrônico, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

8.6. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no Edital, o processo licitatório será encaminhado nos termos do Decreto Municipal nº 13.877/23, bem como, da Lei Federal 14.133/21 à autoridade competente que procederá à adjudicação e Homologação.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, a ser assinado pela adjudicatária no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período a critério da Municipalidade, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2. O prazo de vigência contratual deverá ser de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado expressamente, nas condições permitidas pela legislação vigente com possível reajuste utilizando como vetor de Índice de Reajuste o IPC/FIPE.

9.3. Condições de execução estão dispostos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

9.4. Os **requisitos da contratação** estão dispostos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

9.5. Da Garantia de Execução Contratual: No ato da assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar garantia conforme § 1, do artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que será devolvida após o requerimento de sua devolução pela CONTRATADA e desde que o contrato esteja encerrado e todas as obrigações dele decorrentes tenham sido cumpridas, conforme artigo 100 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.5.1. Subcontratação, conforme consta no **item 9 do Termo de Referência – Anexo I**;

9.6. O modelo de gestão e execução do contrato está disposto no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

9.7. Na **assinatura** do contrato será exigida a **comprovação da regularidade fiscal**, ou constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato nos termos do Art. 88, e sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o capítulo X, ambos do Decreto Municipal nº 13.877/2023.

9.9. Este edital e todos os demais documentos que compõem seus anexos farão parte integrante do contrato, como se nele estivesse escrito.

9.10. **Da gestão e fiscalização do Contrato**

Edital- fls. 20/60

9.10.1. O contrato ficará sob o regime de atribuições administrativas e a função de administrar, desde sua concepção até a finalização pelos gestores, titular Wesley Gomes de Souza, matrícula nº 197.479, e nos seus afastamentos e impedimentos legais o suplente Diogo Bonifácio Vieira, matrícula nº 203.207, todos da Secretaria de Educação do Município de Osasco, nos Termos do art. 3º, LXII, do Decreto Municipal nº 13.877, de 30 de agosto de 2023.

9.10.2. O contrato ficará sob o regime de acompanhamento e fiscalização a prestação dos serviços pelos **fiscais**, titular Tatiane Elisa Texeira Mendes, matrícula nº 192.494, e nos seus afastamentos e impedimentos legais o suplente Suelen Micolaeski, matrícula nº 198.360, todos da Secretaria de Educação do Município de Osasco, nos Termos do art. 3º, LXIII, do Decreto Municipal nº 13.877, de 30 de agosto de 2023.

9.10.3. No momento da assinatura do contrato, a contratada deverá qualificar um funcionário que ficará disponível para atender às solicitações da Prefeitura do Município de Osasco.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de **29** (vinte e nove) **dias corridos** para fins de liquidação, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Unidade Requisitante.

10.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, após a entrega dos produtos, com a verificação de conformidade com o solicitado.

10.3. A PMO pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

10.4. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ, ainda que seja de filial ou da matriz.

10.5. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal e/ou Fatura número da Autorização de Fornecimento, número do processo administrativo, número do pregão eletrônico, o preço unitário e o preço total do serviço, indicando o número da conta corrente, banco, e a agência com qual opera, sob pena de retenção de pagamento.

10.6. Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal (is) de Serviços/Fatura(s) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será (ao) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

10.7. Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço(s)/Fatura(s), não acarretando qualquer ônus para a PMO.

10.8. Durante a vigência do contrato, a contratada deverá manter sua regularidade fiscal.

10.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de

Edital- fls. 21/60

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.14. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Detentora terá direito à aplicação de compensação financeira;

10.14.1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu;

10.14.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Detentora.

10.14.3. A Contratada deverá enviar Notas Fiscais digitalizadas para o seguinte e-mail setordecomprasnotas@sed.osasco.sp.gov.br.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, conforme custos unitários apostos no **item 2.2** do Termo de Referência – Anexo I, nos termos do Decreto Municipal nº 13.943/2023.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Pregão: A contratação será atendida pela seguinte dotação:

08001.12.361.00162.011.3.3.90.39.00.01.200

08001.12.365.0016.2.011.3.3.90.39.00.01.200

Edital- fls. 22/60

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, e do capítulo X, do Decreto Municipal nº 13.877/2023 o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando solicitada;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

Edital- fls. 23/60

- 13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5%** a **30%** incidente **sobre o valor do contrato** licitado, recolhida no prazo máximo de **05** (cinco) **dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1. Para as infrações previstas nos **itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado;
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos **itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8**, a multa será de **15% a 30%** do **valor do contrato** licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15** (quinze) **dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15** (quinze) **dias úteis**, contados da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.11. Caberá recurso no prazo de **15** (quinze) **dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contados da data da intimação, o qual será

Edital- fls. 24/60

dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo **de 05 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contados do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.6. Os interessados devem estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD") e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado Tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida LGPD e demais leis aplicáveis.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as regras deste Edital.

Edital- fls. 25/60

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Comprasnet, endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e Portal da Transparência da Prefeitura de Osasco, endereço: <https://transparencia.osasco.sp.gov.br>.

14.11. Esta Licitação poderá ser revogada pela autoridade competente em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

14.12. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

14.13. É facultado ao (à) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

14.14. O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório será o da Comarca de Osasco.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Atestado de Visita Técnica;

ANEXO IV – Declaração de Renúncia;

ANEXO V – Modelo Declarações para Atendimento ao art. 4 da Lei Federal 14.133/21;

ANEXO VI – Relação de Endereços para entrega;

ANEXO VII - Conforme Art. 34, § 1º, inciso V, do Decreto Municipal 13.877/2023. – Reserva orçamentaria

ANEXO VIII – Minuta de Contrato.

Osasco, 30 de abril de 2026

José Toste Borges

-Secretário de Educação-



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para **prestação dos serviços de VIDRAÇARIA**, com fornecimento e colocação de vidros tipo incolor, Fantasia e espelho nas unidades escolares e dependências da Secretaria da Educação, visando atender as necessidades da rede municipal de ensino de Osasco, conforme descrições neste Termo de Referência.

2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

2.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1.2. Vidro Incolor Cristal 3mm; com devida instalação.

2.1.3. Vidro Fantasia 04mm; com devida instalação.

2.1.4. Espelho 04mm (fixação com 4 botões franceses). Instalado apenas em salas de creche autorizadas previamente com medida padrão de: 1.60m x 1.30m.

2.1.2. Os materiais deverão ser originais, novos, de primeira linha e devem respeitar os quantitativos descritos nas especificações neste termo de referência.

2.2. QUANTITATIVO

ITEM	UNID	SERVIÇO	QUANT.	Preço unitário estimado	Preço total estimado
01	m²	Vidro incolor cristal 03mm	1000	456,78	456.780,00
02	m²	Vidro fantasia 04mm	500	483,47	241.735,00
03	PÇ	Espelho 04mm (fixação com botão francês) MEDIDA 1.60m X 1.30m.	500	829,00	414.500,00
VALOR TOTAL GLOBAL					1.113.015,00

2.3. PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.3.1. Os serviços serão solicitados exclusivamente pelo Diretoria de Obras/-SE após a ordem de início de serviço assinada;

2.3.2. Após assinatura na Ordem de início de serviços, a empresa deve receber a solicitação formal de serviço, seja por meio de uma requisição interna ou via e-mail.

2.3.3. A empresa deve analisar as informações fornecidas (tipo de serviço, locais a serem atendidos, urgência do serviço, etc.) e agendar uma visita técnica para verificar as condições reais do local e do problema;

2.3.4. A empresa deve elaborar e enviar um orçamento formal para o Diretoria de Obras da Educação, detalhando o valor total do serviço e prazos para execução.

2.3.5. Com o orçamento aprovado pela Diretoria de Obras, a empresa deve planejar a logística de transporte de materiais, escalonamento da equipe de trabalho e cronograma de execução.

Edital- fls. 27/60

2.3.6. Os serviços deverão ser executados nos prazos exigidos neste Termo de Referência.

2.3.7. Antes de iniciar qualquer trabalho, a empresa deve garantir que todas as medidas de segurança sejam adotadas, tanto para os trabalhadores quanto para o ambiente de trabalho. Isso inclui o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como luvas, óculos de segurança, botas, capacetes, e quando necessário, Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), durante a execução dos serviços.

2.3.8. A equipe deve executar o serviço de forma eficiente, garantindo a instalação, substituição ou manutenção de vidros com precisão e qualidade. Durante o trabalho, a empresa deve garantir que a área seja protegida e as janelas ou estruturas afetadas sejam devidamente isoladas para evitar danos adicionais.

2.3.9. A empresa deve assegurar que uma equipe de profissionais qualificados (vidraceiros, auxiliares e supervisores) seja designada para o serviço, com experiência específica em vidraçaria e conhecimento das normas de segurança.

2.3.10. Recolher ferramentas e equipamentos utilizados e limpar local de trabalho. Recolher todos os materiais, equipamentos e produtos utilizados, descartar adequadamente os resíduos gerados, liberando as áreas restritas somente após o término de toda a operação e entregar o ambiente em perfeitas condições.

2.3.11. Após a execução do serviço, a empresa deve realizar uma inspeção minuciosa para garantir que o serviço foi feito corretamente. Isso inclui verificar a integridade dos vidros, a vedação e o acabamento.

2.3.12. No caso de vidros instalados em janelas ou portas, é importante testar o funcionamento, como abertura e fechamento, garantindo que o serviço tenha sido realizado conforme o especificado e não há risco de soltar.

2.3.13. A empresa deve apresentar o serviço concluído e a unidade escolar ou departamento avalia e assina a ordem de serviço para aprovação final.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando as necessidades inadiáveis e imprescindíveis ao funcionamento das unidades escolares. E, para tanto, precisamos em caráter de urgência a Contratação de Empresa Especializada Para Prestação de Serviços de Vidraçaria, com Fornecimento e Colocação de Vidros Tipo Incolor, Fantasia e Espelho.

3.2. Entendemos ser de necessidade imperiosa a conservação e perfeito funcionamento, através de manutenção e conservação dos ambientes. Vale citar o amparo na LDB nº 9394, de 20/12/1996, artigo 70 (I, II) no que diz respeito a manutenção, conservação das instalações e equipamentos necessário ao ensino:

Art. 70. *Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:*

Edital- fls. 28/60

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção E conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

3.3. Considerando a missão de proporcionar um ambiente escolar seguro, agradável e adequado ao desenvolvimento de educandos e profissionais de educação, a presente justificativa visa fundamentar a contratação de serviços de vidraçaria para as unidades escolares da Rede Municipal de Osasco. O objetivo principal é assegurar a qualidade de vida, o bem-estar e a segurança das crianças e dos profissionais de educação, ao mesmo tempo em que se promovem melhorias nas condições estruturais das dependências escolares.

3.4. A instalação e manutenção de vidros em boa condição nas unidades escolares são fundamentais para garantir não apenas a segurança física dos alunos e funcionários, mas também um ambiente de aprendizagem mais confortável e saudável. Vidros danificados ou mal instalados podem representar riscos de acidentes, comprometendo a integridade física dos educandos e colaboradores. Além disso, a falta de vidros em boas condições pode impactar diretamente na eficiência da ventilação, luminosidade e isolamento térmico das salas de aula, comprometendo a qualidade das atividades pedagógicas.

3.5. Compreendemos que a contratação deste serviço é de extrema necessidade para o bom desenvolvimento de nossas atividades, garantindo a continuidade e a qualidade dos atendimentos prestados. Este serviço é fundamental para assegurar um ambiente harmonioso, confortável, seguro e bem conservado, tanto para os servidores públicos, alunos e comunidade como um todo. A Secretaria Municipal de Educação visa, assim, atender com excelência às demandas de sua pasta, suprimindo as necessidades e oferecendo um suporte adequado à comunidade escolar. Por fim, a secretaria municipal de educação, almeja atender com qualidade a fim de que supram as necessidades desta pasta dentro dos preceitos legais.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Objeto, abrange a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vidraçaria para as unidades escolares e próprios da Secretaria de Educação de Osasco, conforme condições e especificações constantes no termo de referência.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. A presente justificativa tem como objetivo esclarecer que os objetos do certame em questão, faz-se necessário ser licitado em lote único. Tendo em vista que os serviços são interdependentes e devem ser executados em conjunto, é imprescindível que sejam conjuntamente licitados. Em vista disso, esta pasta optou pelo critério de julgamento "Menor Preço Global" em conformidade ao art. 33 da Lei 14.133/2021.

Edital- fls. 29/60

6. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1. O prazo de vigência deverá ser de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado expressamente, nas condições permitidas pela legislação vigente com possível reajuste utilizando como vetor de índice de reajuste o IPC/FIPE.

7. CONDIÇÕES E LOCAIS DE EXECUÇÃO

7.1. Prazo de Instalação: A instalação da quantidade total ou parcial solicitada neste Termo de Referência deverá ocorrer de forma que a primeira intervenção não ultrapasse o prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço ou do recebimento do pedido pela requisitante. A execução deverá ser agendada previamente e realizada de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 17h.

7.1.2. Na entrega provisória a Contratada terá um prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir da entrega dos vidros na unidade para execução dos serviços.

7.1.3. Na entrega definitiva, dos vidros instalados, a qual deverá ocorrer em até 05 dias corridos da entrega provisória, a contratada emitirá a Ordem de serviços, a qual deverá ser assinada pelo responsável da unidade e encaminhada a Diretoria de Obras para fins de ateste da Nota fiscal.

7.2. Locais de instalação: o material deverá ser instalado ponto a ponto nos endereços listados conforme ANEXO Relação de endereços, do ETP.

7.3. Na hipótese de o objeto não corresponder às especificações contidas neste termo de referência, a empresa será notificada da recusa e deverá substituí-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem custos adicionais ao Município.

8. VISITA TÉCNICA

8.1. A visita técnica preliminar é de caráter opcional as empresas que tiverem interesse deverão agendar data e horário com a Diretoria de Obras/SE, localizada na Rua Elísio Viviane, 126 – Vila Osasco - Osasco /SP, das 10:00 às 16:00 horas, dos dias úteis, telefone (11) 3651-9414, no setor da Diretoria de Obras, falar com **WESLEY**, e-mail: wesleysouza@sed.osasco.gov.br, para realizar a visita técnica, tomando pleno conhecimento de todas as informações, condições, locais e infraestrutura, imprescindíveis para a efetiva execução do presente objeto.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. O contrato não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual. Essa decisão pode ser fundamentada em alguns aspectos:

9.2. Qualidade e Especialização: Busca-se assegurar que o serviço seja realizado por profissionais ou empresas que possuem a qualificação e a experiência necessárias. Isso é especialmente importante nesta contratação que exige conhecimento técnico específico e que envolve riscos à segurança de todos os alunos de nossa rede municipal.

Edital- fls. 30/60

9.3. Responsabilidade: Garante que a empresa contratada seja a única responsável pela execução do contrato. Isso facilita a responsabilização em caso de descumprimento das obrigações contratuais, evitando a diluição de responsabilidades entre diferentes prestadores de serviços.

9.4. Transparência e Controle: Isso aumenta a transparência no processo de licitação e na execução do contrato. Com um único responsável, a fiscalização se torna mais direta e eficiente, permitindo um acompanhamento mais rigoroso do cumprimento das cláusulas contratuais.

9.5. A decisão de não aceitar subcontratação nesta contratação visa garantir a qualidade, a responsabilidade e a transparência na execução dos serviços contratados, protegendo assim o interesse público e promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos.

10. CONSÓRCIOS

10.1. Admite –se a participação de empresas reunidas em consórcio, limitadas ao número de 2 (DUAS) empresas.

10.2. As empresas reunidas em consórcio, deverão apresentar comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua apresentação perante a administração.

10.3 Caso o consórcio seja declarado vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso apresentado.

10.4. Fica estabelecido para o consórcio acréscimo de 10 % (dez por cento), sobre o valor exigido de licitante para a habilitação econômico-financeira.

10.5. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou a certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

10.6. A participação de empresas reunidas em consórcio, limita-se pela reunião de duas licitantes. A limitação se justifica dada a ausência de complexidade na execução do objeto e não vultuosidades da licitação. Outrossim, reforça a limitação, a questão pertinente a responsabilidade solidária entre as empresas consorciadas, isso porque quanto maior o número de empresas reunidas, maior o risco de inexecução dos serviços. Além disso, a autorização de extensão ao número de empresas em consórcio, aumenta a probabilidade de uma delas ter seus bens sequestrados por decisão judicial, repercutindo em potencial solução de continuidade dos serviços, o que, em hipótese alguma pode ser admitido.

11. DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Em conformidade com o disposto nos artigos 59 e 60 da Lei nº 14.133/2021, caso a proposta vencedora apresente valor consideravelmente inferior à média das propostas apresentadas ou ao valor estimado pela Administração, poderá ser exigida a **demonstração de exequibilidade**, com a finalidade de garantir a viabilidade da execução contratual, com isso, solicitamos que a licitante apresente os seguintes documentos:

11.1.1. Planilha detalhada de custos e formação de preços, discriminando:

Edital- fls. 31/60

- Custos diretos (materiais, insumos, equipamentos, mão de obra, etc);
- Custos indiretos (logística, administração, manutenção, etc.);
- Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- Margem de lucro estimada;

11.1.2. Memoriais de cálculo utilizados para a formação de preço.

11.1.3. Considera-se inexecutável a proposta que:

I – Apresente valores global ou unitários substancialmente inferiores aos de mercado, sem justificativa que comprove sua exequibilidade;

II – Não cubra os custos necessários ao cumprimento integral das obrigações, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais previstos na legislação aplicável;

III – Não esteja compatível com o objeto e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

11.1.4. A ausência de comprovação satisfatória da exequibilidade ensejará a desclassificação da proposta, conforme previsto no art. 88; §3º, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.5. A inexecutabilidade poderá ser aferida pela Administração com base em pesquisas de mercado, contratações similares, indicadores oficiais de custos, tabelas de órgãos de referência e demais meios admitidos em direito.

12. GESTÃO DO CONTRATO

12.1. 12.1. Gestores:

12.2. Titular: Wesley Gomes de Souza- Mat.197.479

E-mail: wesleysouza@sed.osasco.gov.br

12.3. Suplente: Diogo Bonifácio Vieira - Matrícula: 203.207

E-mail: diogo.sed@osasco.sp.gov.br

12.4. Fiscais:

12.5. Titular: Tatiane Elisa Teixeira Mendes - Mat.192.494

E-mail: tatianeelisa@sed.osasco.sp.gov.br

12.6. Suplente: Suelen Micolaeski – Mat.198.360

E-mail: suelenmicolaeski@sed.osasco.gov.br

12.7. O acompanhamento e a fiscalização do contrato por parte da CONTRATANTE serão exercidos pelo **Gestor do Contrato** que deverá: Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços e produtos gerados, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas observados e dando ciência de tudo à CONTRATADA.

12.8. O Contrato ficará sob o regime de acompanhamento e fiscalização pelos gestores e suplentes todos da Secretaria de Educação do Município de Osasco, nos termos do Decreto Municipal nº 13.964/23 art. 183.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Obriga-se a Administração/Contratante:

Edital- fls. 32/60

- 13.1.1 Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas a prestação dos serviços;
- 13.2. Solicitar os serviços em conformidade com as suas necessidades durante o período do contrato.
- 13.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- 13.4. Repassar as informações e esclarecimentos necessários ao contratado para a correta execução do serviço.
- 13.5. Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades na prestação dos serviços.
- 13.6. Efetuar os pagamentos na forma e prazos previstos no contrato.
- 13.7. Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados nas hipóteses previstas em lei.
- 13.8. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação
- 13.9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 14.1. As despesas de pessoal com transporte, refeição e alojamento serão às custas da contratada.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.2. Havendo rejeição dos serviços no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los no prazo de 5 (cinco) dias corridos estabelecido pela Diretoria de Obras - SE, observando as condições estabelecidas para a prestação de serviços;
- 14.3. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções conforme aplicação da lei 14.133/2021;
- 14.4. A prestação de serviço dará início em até 05 (cinco) dias corridos após assinatura da ORDEM DE INÍCIO de serviço emitida pela Diretoria de Obras.
- 14.5. Após a expedição da Ordem de Serviço, a contratada deverá providenciar o cronograma de atendimento e realizar o agendamento prévio dos serviços solicitados pelo Departamento de Obras – SE.
- 14.6. Proceder regularmente a limpeza e remoção de resíduos e do lixo resultante dos serviços, se houver, para local apropriado, evitando transtorno ao funcionamento das atividades nas unidades;
- 14.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais, causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança quando da execução da prestação de serviço;

Edital- fls. 33/60

14.8. Arcar com todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.

14.9. Fornecer os materiais com a devida mão-de-obra para remoção de vidros trincados, quebrados, limpeza total e segura do local, substituição completa e eficaz, colocação geral, sem trincas, rebarbas, e/ou outros defeitos, com uso de materiais complementares necessários, tais como: massa para vidro, ou outros componentes específicos para a devida colocação, devendo todos os materiais, bem como materiais complementares, ser originais, novos, de primeira linha e devem respeitar os quantitativos descritos nas especificações descritas em termo de referência.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. Quanto à exigência de documento de qualificação técnica, a documentação de aptidão deverá se dar através de comprovação de realização de 50% (cinquenta por cento) de serviços do quantitativo total do termo de referência, podendo tal exigência ser demonstrada através da apresentação de inúmeros atestados, o que torna o certame confiável com participantes aptos a executarem as exigências do edital.

15.2. O percentual de qualificação técnica, solicitado por esta secretaria durante a fase de habilitação, onde podemos analisar com base em fornecimentos anteriores se a empresa classificada é apta para entregar os materiais constantes no edital, além de nos garantir que ela tem condições de atender o quantitativo por nós solicitado.

15.3. Conforme expressado o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988 e portal Jusbrasil, a Secretaria de Educação do Município de Osasco requisita tal percentual de qualificação técnica como uma garantia do cumprimento total do objeto do edital, que por sua vez é uma solicitação amparada legalmente.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (Regulamento)”*

15.4. Tendo em vista que quando uma empresa já realizou serviços idênticos e compatíveis com o solicitado em nossos editais para outras empresas e municípios, entendesse que a mesma é capaz de atender qualquer quantidade que for solicitada durante o período de vigência, buscamos

Edital- fls. 34/60

trabalhar com empresas sérias e aptas a atender nossa alta demanda de pedidos dentro dos prazos solicitados nos editais.

16. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, recuperações judiciais e extrajudiciais expedidas pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura do certame e balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

16.1.1. A data limite de apresentação do Balanço patrimonial e Demonstrações Contábeis dos exercícios financeiros de 2024 e 2023 será até o último dia útil do mês de junho. Após estas datas, o Balanço patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser dos exercícios de 2025 e 2024.

16.1.2. A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através de cálculo de índices de balanço apresentado pelo licitante, conforme demonstrativo abaixo:

16.1.3. ÍNDICES VALORES ACEITÁVEIS

16.1.3.1 Índice de Liquidez Corrente ILC = AC = (igual ou maior) = >1,00 PC

16.1.3.2 Índice de Liquidez Geral ILG = AC +RLP= (igual ou maior) = >1,00 PC+ELP

16.1.3.3. Índice de Endividamento IE = PC +ELP= (igual ou menor) = <0,50 AT

16.1.4. LEGENDA:

16.1.4.1. AC: Ativo Circulante

16.1.4.2. PC: Passivo Circulante

16.1.4.3. ELP: Exigível a Longo Prazo

16.1.4.4. RLP: Realizável a Longo Prazo

16.1.4.5.AT:AtivoTotal

16.2 Justificamos a presente solicitação de forma a garantir que a empresa detentora será capaz de entregar em totalidade os quantitativos solicitado, devido se tratar de um alto valor; empresas sem qualificação econômico-financeira adequada para a execução do objeto participando da licitação, pode acarretar em contratação de empresa incapaz de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela detentora, das obrigações previstas em legislação específica.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O prazo de pagamento será de até 29 (vinte e nove) dias úteis contados da data do ateste do serviço realizado no verso da Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada.

17.2. Na hipótese de existir Nota de Retificação e/ou Nota Suplementar de Empenho, a mesma deverá acompanhar os demais documentos

17.3. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do contrato, número do Processo Administrativo –/2025, número do pregão -/2026, Número da Nota de Empenho,

Edital- fls. 35/60

preço unitário e preço global, bem como indicando o número da conta corrente, banco, e a agência com qual opera, sob pena de retenção de pagamento

17.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para devidas correções. Nesse caso, o prazo de pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota/fatura sem incorreções.

17.5. A Contratada deverá enviar Notas Fiscais digitalizadas para o seguinte e-mail

setordecomprasnotas@sed.osasco.sp.gov.br.

18. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1. As partes devem cumprir integralmente as disposições que regulamentam o tratamento de dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/ 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e com o Decreto Municipal nº 13.637/ 2022 e alterações.

18.2. Os dados pessoais serão utilizados exclusivamente para as finalidades descritas no contrato e devem atender as determinações previstas na legislação, exceto quando houver consentimento do titular, respeitados os dispositivos legais, para utilização diversa ou em conformidade com outra base legal aplicável.

18.3. As partes devem assegurar a implementação de medidas adequadas de proteção de dados, conforme determinado pela legislação vigente.

18.4. A contratante se reserva o direito de realizar auditorias para verificar o cumprimento das disposições legais.

18.5. O descumprimento das disposições estabelecidas nesta cláusula e nos demais dispositivos legais poderá resultar na rescisão do contrato, além de outras responsabilidades legais que possam ser aplicáveis. Certa de contarmos com a vossa costumeira atenção, renovo meus protestos de estima e consideração.

ANEXO II

MODELO – PROPOSTA DE PREÇOS

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

REF.: PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO: 90.039/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA, COM FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIDROS TIPO INCOLOR, FANTASIA E ESPELHO NAS UNIDADES ESCOLARES E DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, telefone n.º _____-_____, fax n.º _____-_____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal _____ portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, apresenta proposta para **prestação dos serviços de VIDRAÇARIA**, com fornecimento e colocação de vidros tipo incolor, Fantasia e espelho nas unidades escolares e dependências da Secretaria da Educação, sem prejuízo de nenhuma disposição do Edital e demais Anexos, conforme segue:

ITEM	UNID	SERVIÇO	QUANT.	Marca/fabric ante	Preço unitário	Preço total
VALOR TOTAL GLOBAL (preço total global por extenso)						(R\$)

- Prazo de **validade** da proposta, não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado por acordo das partes;
- Prazo de Execução dos Serviços: conforme termo de referência
- Condições de pagamento, conforme **item 10** do edital.
- Declaro, sob as penas da Lei, que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no **Anexo I – Termo de Referência**.
- Declaro, sob as penas da Lei, que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.
- Declaro, sob as penas da Lei, de que **cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

Edital- fls. 37/60

➤ Declaro, sob as penas da Lei, de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

➤ Proposta de Preços foi elaborado com as parcelas da prestação dos serviços de forma resumida. Sendo observado, as disposições contidas no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

➤ **Dados bancários:**

- ✓ Banco:
- ✓ Agência:
- ✓ Conta Corrente:
- ✓ Contato:
- ✓ Telefone/ramal:

Local,dede 2026

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do representante Legal ou Procurador)



ANEXO III

CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

REF.: CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA, COM FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIDROS TIPO INCOLOR, FANTASIA E ESPELHO NAS UNIDADES ESCOLARES E DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Comprovamos, para efeito de participação no **Pregão Eletrônico nº 90.039/2026**, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, telefone n.º ____-____, e-mail _____, por intermédio do funcionário credenciado pelo representante legal _____ portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, infra-assinado, realizou nesta data visita técnica nas instalações do _____, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Assinatura e nº RG do servidor responsável pelo acompanhamento da vistoria)

Local,dede 2026

Declaro que me foi dado acesso ao local dos serviços a serem executados, e também que tenho pleno conhecimento de todos os elementos que possam interferir direta ou indiretamente na realização do objeto do **Pregão Eletrônico nº 90.039/2026**

Local,dede 2026

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do representante Legal ou Procurador)



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE VISITA TÉCNICA

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

REF.: DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE VISITA TÉCNICA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA, COM FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIDROS TIPO INCOLOR, FANTASIA E ESPELHO NAS UNIDADES ESCOLARES E DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, telefone n.º ____-____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal _____ portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA** que renuncia ao direito de realizar Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do **Pregão Eletrônico nº 90.039/2026**, e que toma conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como das informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta econômica, nos responsabilizando por todas as consequências oriundas deste ato.

Local,dede 2026

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do representante Legal ou Procurador)

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÕES PARA ATENDIMENTO AO ART. 4 DA LEI FEDERAL 14.133/2021

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA, COM FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIDROS TIPO INCOLOR, FANTASIA E ESPELHO NAS UNIDADES ESCOLARES E DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, telefone n.º _____-_____, fax n.º _____-_____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal _____ portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA** sob as penas da Lei, que:

No ano-calendário da realização da presente licitação, os contratos celebrados com a Administração Pública, cujos valores foram somados, não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, conforme Decreto Municipal 13.877/2023, art. 2º, §2º.

Local, de de 2026.

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do representante Legal ou Procurador)



ANEXO VI
RELAÇÃO DE ENDEREÇOS

	TIPO UNIDADE	UNIDADE	ENDEREÇO	Nº	BAIRRO	CEP	TELEFONE (ddd 011)
1	EMEI	ADHEMAR PEREIRA DE BARROS	Rua Júlio Cortazar	44	Novo Osasco	6142030	36920051
2	CRECHE	AGENTIL DOS REIS	Rua Antônio Russo	680	Jardim Roberto	6170000	35924610
3	CEMEI	ALBERTO SANTOS DUMONT	Rua Francisco Leonel dos Santos	500	Padroeira	6162210	36950955
5	CRECHE	ALHA ELIAS ABIB	Rua Amadeu Amaral	61	Veloso	6154060	35910271
6	CEMEI	ALICE MANHOLER PITERI	Rua Alexandre Baptistone	579	KM 18	6190120	36822874
8	CEMEIEF	ALIPIO DA SILVA LAVOURA	Rua Guilherme Luiz de Carvalho	81	Vila Menk	6288220	36011742
9	CEMEI	ALIPIO PEREIRA DOS SANTOS	Rua João Rosa de Oliveira	100	Jaguaribe	6065190	36923506
10	CRECHE	ALTINO ROSSI DE ALMEIDA	Alameda Parque	180	Quitaúna	6186010	36523305
11	CRECHE	ALZIRA SILVA MEDEIROS	Rua João Arnus	8	Aliança	6236130	36039656
12	CRECHE	AMELIA TOZZETO VIVIANE	Rua Alagoana	50	Conceição	6140200	36927519
15	CEMEI	ANTONIO PAULINO RIBEIRO	PASTOR CICERO CANUTO DE LIMA	222	Bandeiras	6160160	36943591
17	CRECHE	BENEDITA DE OLIVEIRA	Rua Jarbas Salles D"Ávila	327	Vila Menk	6288050	36937494
18	EMEIEF	BENEDITO ALVES TURIBIO	Rua Maria de Lurdes Galvão de Franca	361	Padroeira	6162010	36090264
20	CEMEI	CARLOS FERNANDES COSTA	Avenida Santiago Rodilha	1203	Veloso	6154000	35916496
22	CEMEI	CRISTINE APARECIDA DE OLIVEIRA BRAGA	Rua Maria Grandin dos Santos	10	Cidade D"Abril	6030410	36927534
23	CRECHE	DAISY RIBEIRO NEVES	Avenida Pau Brasil	259	CIDADE DAS FLORES	6184010	36072868
24	EMEI	DALVA MIRIAN PORTELA MACHADO	Rua Campo Grande	25	Padroeira	6162220	36050489
25	CEMEIEF	DARCY RIBEIRO, PROF.	Rua José Aureliana da Cunha	189	Remédios	6296200	36569328



Edital- fls. 42/60

26	EMEI	DESCIO MENDES PEREIRA	Rua Espedito Izídio Andrade	59	Metalúrgicos	6150270	36942954
27	EMEIEF	DOMINGOS BLASCO, MAESTRO	Rua Luciano Francisco da Silva	50	Novo Osasco	6045360	36092055
28	CEMEI	ELIDE ALVES DORIA	Rua Joaquim Félix Ribeiro	335	Vila Yolanda	6124190	36943385
29	EMEIEF	ELIDIO MANTOVANI, MONSENHOR	Avenida Herbert de Souza	0	Jardim Primeiro de Maio (Chácara Fazendinha)	6147001	35913467
30	EMEIEF	ELIO APARECIDO DA SILVA	Rua Almirante Tamandaré	23	Vila Menk	6273090	36012421
31	CRECHE	ELZA BATISTON	Rua João Florêncio Fontes	250	Jardim Elvira	6250230	36038700
32	EMEIEF	ELZA DE CARVALHO MELLO BATTISTON, PROF.	Rua General Newton Estilac Leal - de 947/948 ao fim	1774	Pestana	6180000	36951742
33	EMEI	EMIR MACEDO NOGUEIRA	Rua César Ladeira	47	Veloso	6152010	35918115
34	CEMEI	ESCOLA PARQUE DO KM 18	Rua Nossa Senhora do Rosário	506	km 18	6190010	36935266
35	EMEI	ESMERALDA FERREIRA SIMAO NOBREGA	Rua Orlando Torres	520	Conceição	6140055	36928177
36	CEMEI	ESTEVAO BRETT	Rua João de Deus	270	Bela Vista	6060210	36942543
37	EMEIEF	ETIENE SALES CAMPELO	JOSE MARQUES SILVA	0	Santo Antônio	6126020	36922832
38	CRECHE	EZIO MELLI	Rua Roberto Carlos Sasounian	90	Bonança	6266195	36020195
39	CEMEI	FERNANDO BUONADUCE	Avenida Horácio Lafer	699	Jardim das Flores	6112010	36992421
40	CEMEI	FORTUNATA PEREIRA DE JESUS SANTOS	Rua Doutor Nilo Machado	235	Pestana	6180060	36542927
41	CEMEI	FORTUNATO ANTIORIO, PROF	Rua José Anacleto da Silva	240	Ayrosa	6283110	36025917
42	EMEIEF	FRANCISCO CAVALCANTI	Rua Benedito de Oliveira Furtado	100	Pestana	6180010	36084317



Edital- fls. 43/60

		PONTES DE MIRANDA					
43	EMEIEF	FRANCISCO MANUEL LUMBRALES DE SA CARNEIRO, DR.	Rua Alfredo Zara	40	Baronesa	6263310	36022299
44	EMEIEF	GASPAR DA MADRE DE DEUS, FREI	Rua Oswaldo Collino - de 801/802 ao fim	375	PRESIDENT E ALTINO	6210008	36826541
45	CEMEI	GERTRUDES DE ROSSI	Rua Ministro Marcos Freire	190	PORTAL D OESTE	6263280	36025546
46	CRECHE	GIUSEPPA BERSANI MICHELIN	Rua Avelino Monteiro	270	Umuarama	6036050	36828241
47	CEMEI	HELENA COUTINHO	Avenida Alberto Santos Dumont - até 635/636	75	Vila Osasco	6080020	36819924
48	CRECHE	HERMINIA LOPES	Rua Maestro Vahakn Minassian	200	Quitaúna	6182270	36073693
49	CRECHE	HILDA ALVES DOS SANTOS MARIM	Avenida Santo Antônio - de 1613 ao fim - lado ímpar	1042	Vila Osasco	6083215	36543140
51	CRECHE	IDA BELMONTE BISCUOLA	Rua Esdras Prates da Silveira	25	Presidente Altino	6216270	36827964
52	EMEI	IGNES COLLINO	Rua Canadá	200	Cidade D"Abril	6033260	36926108
53	CRECHE	INES SANCHES MENDES	Rua Espedito Izídio Andrade	59	Metalúrgicos	6150270	35914109
54	CEMEI	JAPHET FONTES	Rua Itaquaquecetuba	269	Vila Menk	6268090	36935328
55	EMEIEF	JEANETE BEAUCHAMP, PROF.	Rua Maysa	0	Portal D'Oeste	6264005	36041632
56	EMEIEF	JOAO CAMPESTRINI	Rua Reinaldo Ceschini	77	MUNHOZ JUNIOR	6246150	36865060
57	CRECHE	JOAO CORREA	Rua Joana Pereira Dias	55	Padroeira	6162140	36942694
58	CEMEI	JOAO DE FARIAS	Avenida O Trabuco Rádio Jornal	51	Vila Menk	6273060	36935357
59	EMEIEF	JOAO EUCLYDES PEREIRA, PROF.	Rua Osvaldo Munhoz	0	Jardim Elvira	6250030	36861636
62	CRECHE	JOÃO PEDRO BRITO GONÇALVES	Rua Dr. Pedro dos Santos Figueiredo	212	Jd Veloso	6150080	36523310



Edital- fls. 44/60

63	CEMEI	JONIAS MARTINS DOS SANTOS DE JESUS	Av Jaguaribe	966	Jaguaribe	6050020	36852785
64	CRECHE	JOAQUINA FRANCA GARCIA	Rua Fortunato Pulherini	200	Mutinga	6286080	36962593
65	CRECHE	JOSE DAVID BINSZTAJN	Rua Miguel Maurício Munhoz	125	Novo Osasco	6045210	36820305
66	CEMEI	JOSE ERMIRIO DE MORAES, SENADOR	Rua Doutor Luís Antônio Monteiro (Jd Paulista)	161	Veloso	6150050	36947037
67	CRECHE	JOSE ESPINOSA	Rua Nossa Senhora Aparecida (VI Justiça)	150	JARDIM CONCEIÇÃO	6145085	36940407
68	CEMEI	JOSE FLAVIO DE FREITAS, PROF.	Rua Fortunato Pulherini	347	Mutinga	6286080	36024992
69	EMEIEF	JOSE GROSSI DIAS, PADRE	Rua Agostinho Navarro	925	JARDIM CONCEIÇÃO	6140000	36946640
71	CRECHE	JOSE MARQUES REZENDE, DR.	Rua Thomás Antônio Gonzaga	310	Cipava	6080130	36540291
73	CEMEIEF	JOSE SARAMAGO	Avenida João de Andrade - de 1180/1181 a 1571/1572	1355	Santo Antônio	6132004	36054258
77	CRECHE	JOSÉ TONIOLO NETO	Av Transversal Sul	15	Jd. Conceição	6140007	36523325
78	CRECHE	LAR DA INFANCIA	Rua Delfino Cerqueira	119	Vila Yolanda	6120280	36817861
79	CRECHE	LEONIL CRE BORTOLOSSO	Rua Presidente Costa e Silva	59	Helena Maria	6253000	36032146
80	CRECHE	LIDIA THOMAZ	Rua Tomé de Souza	453	Cidade D'Abril	6033080	36926261
81	CEMEI	LOURDES CANDIDA DE FARIA	Rua Anhangüera	338	Piratininga	6230110	36025379
83	EMEIEF	LUIZ BORTOLOSSO	Avenida Brasil	2363	JARDIM ROCHDALE	6220050	36566557
84	CEMEI	LUZIA MOMI SASSO	Rua Gago Coutinho	0	Vila Yara	6026070	36542886
87	CEMEI	MARIA ALVES DORIA	Rua Vereador Sadamitu Omosako	75	Munhoz Júnior	6240190	36038802
88	CEMEI	MARIA APARECIDA CAMARGO DAMY RODRIGUES	ROBERTO CARLOS SASONIAN	60	Bonança	6266195	36035344



Edital- fls. 45/60

89	CRECHE	MARIA BENEDITA CONSTANCIO, IRMA	Rua José Marques Silva	30	Santo Antônio	6126020	35911241
90	EMEI	MARIA BERTONI FIORITTA	Avenida Getúlio Vargas	460	Piratininga	6233020	36967407
91	CEMEI	MARIA DA CONCEICAO DA SILVA PAIXAO	Rua Afonso de Moura	149	Bandeiras	6160220	36927929
92	CRECHE	MARIA FIGUEIREDO ANTIORIO	Rua Octávio Catelani	421	Adalgisa	6030200	36519410
93	CRECHE	MARIA JOSE DA ANUNCIACAO	Rua Marcos Antônio Lopes da Silva	480	Cipava	6075090	35910348
94	CRECHE	MARIA JOSE DA SILVA JESUS	Rua Cláudio Aparecido Oliveira	85	Jardim Roberto	6124130	36553569
95	CEMEIEF	MARIA JOSE FERREIRA FERRAZ, PROF.	PADRE MARIO MANOEL DANTAS DE MENEZES	80	Santa Fé	6278190	36596319
96	CEMEI	MARIA MADALENA LEITE BARBOSA FREIXEDA	Rua Cedro	121	CIDADE DAS FLORES	6184230	36087413
97	CEMEIEF	MARIA TARCILLA FORNASARO MELLI	Avenida Dona Blandina Ignez Júlio	626	Jaguaribe	6050120	21836100
98	CEMEIEF	MARINA SADDI HAIDAR	Rua João Arnus	28	Aliança	6236130	36861632
99	EMEIEF	MARINA VON PUTTKAMMER MELLI, PROF.	Rua Argemiro Satyro	330	Bandeiras	6160400	36910787
100	CEMEI	MARIO QUINTANA	Rua José Rodrigues da Costa	504	São Pedro	6172292	36085478
101	CEMEI	MARIO SEBASTIAO ALVES DE LIMA	BEM TI VI	40	Jardim Marieta	6293060	36023993
102	CRECHE	MERCEDES CORREIA RUIZ BATISTA	DJALMA BORGES SANTANA	73	JARDIM NOVO OSASCO	6045230	36927350
103	EMEIEF	MESSIAS GONCALVES DA SILVA	Rua Eugênio Pacelli	318	JARDIM SANTA MARIA	6149214	35911780
104	CEMEI	NAIR BELLACOZA WARZEKA, PROF.	Rua Avenir	2	Jardim Elvira	6250160	36565816
105	CEMEI	NELLY GRIZI OLIVA	Rua Maria Grandin dos Santos	0	Adalgisa	6030410	36519410



Edital- fls. 46/60

106	CRECHE	OLGA CAMOLESI PAVAO	Rua Maria Jordão Regina	59	Jardim Elvira	6250280	36025769
107	CRECHE	OLIMPIA MARIA DE JESUS CARVALHO	Rua Imaculado Coração de Maria	155	I.A.P.I.	6233310	36023942
108	CEMEI	OMAR OGEDA MARTINS	OSVALDO COSTA	700	Vila Menk	6288040	36024682
109	EMEIEF	ONEIDE BORTOLOTE, PROF.	Estrada Ariam	486	Industrial Anhangüera	6276120	36595194
110	CRECHE	OSORIO LORIA	R. Vitor de Civita	s/n	Santa Maria	6140270	36523300
111	CEMEI	OSVALDO GONCALVES DE CARVALHO	Praça Professor Anésio Cabral	9999 9	Rochdale	6226010	35991543
112	EMEIEF	OSVALDO QUIRINO SIMOES	Rua Antônio Benedito do Amaral	394	Santo Antônio	6130100	36097385
113	CEMEI	OSWALDO SALLES NEMER	Rua Alagoana	70	Conceição	6140200	36942945
114	CRECHE	PEDRO ALVES DE OLIVEIRA	Rua José Timótheo da Silva	389	São Pedro	6172220	36813635
115	CEMEI	PEDRO MARTINO	Rua da Saudade	160	Vila Osasco	6080000	36822772
116	CRECHE	PEDRO PENOV	JOSE MARQUES SILVA	18	Santo Antônio	6126020	36928694
117	CEMEI	PROVIDENCIA DOS ANJOS CARREIRA	Rua Francisco Sgambatt	158	Quitaúna	6182040	36083457
118	CRECHE	RECANTO ALEGRE	Rua Antônia Assaf	335	Pestana	6122090	36829321
119	EMEIEF	RENATO FIUZA TELES, PROF.	Rua Orlando Torres	490	Conceição	6140055	36095311
120	CRECHE	ROSA BROSEGHINI	Rua Luiz Gatti	161	BARONESA	6266030	36023470
121	CRECHE	ROSA PEREIRA CRE	Rua Benedito Soares Fernandes	7	Vila Yara	6020070	36543477
122	CEMEI	RUBENS BANDEIRA	Rua Joaquim Severino Alves	180	Vila Menk	6270070	36011353
123	EMEIEF	SAAD BECHARA	Rua Padre Vieira	83	Piratininga	6230080	36971620
124	CRECHE	SADAMITU OMOSAKO	Rua Doutora Maria Alice Tumani Baglioni	222	MUNHOZ JUNIOR	6246210	36035767
125	CEMEI	SALVADOR SACCO	Avenida Pau Brasil	235	CIDADE DAS FLORES	6184010	36082864
126	CRECHE	SERAPHINA BISSOLATI	Rua Altino Arantes	261	Bela Vista	6070270	36822318
127	CRECHE	SERGIO ZANARDI	Rua Terezinha Barbosa Santiago	180	Padroeira	6162160	36926902



Edital- fls. 47/60

128	EMEI	SEVERINO DE ARAUJO FREIRE	Rua Doutor Bento Vidal	236	Novo Osasco	6142100	36947072
129	CRECHE	SILVIA FERREIRA FARAH, PROF.	Rua Palestina	40	MUNHOZ JUNIOR	6240170	36022407
130	EMEI	SONIA MARIA DE ALMEIDA FERNANDES, PROF.	Rua Luiz Gatti	231	BARONESA	6266030	36024286
131	EMEIEF	TECLA MERLO, IRMA	Rua Topázio	8	Mutinga	6286240	36863259
132	CEMEI	THEREZA BIANCHI COLLINO	Rua Esdras Prates da Silveira	77	PRESIDENT E ALTINO	6216270	36828577
133	EMEIEF	VALTER DE OLIVEIRA FERREIRA, PROF.	Rua Walt Disney	305	Jardim Elvira	6250270	36020536
134	CRECHE	VANIA LUCIA DE SOUZA	R. Nelson Mandela	32	Jd. 1º de Maio	6147001	36523320
135	CRECHE	VILMA CATAN	Avenida Alberto Santos Dumont - até 635/636	100	Vila Osasco	6080020	36541937
136	CEMEI	WILMA FOLTRAN PORTELLA	Avenida Cruzeiro do Sul - de 1201/1202 ao fim	1480	JARDIM ROCHDALE	6226008	36020235
137	CEMEI	YOLANDA BOTARO VICENTE	Rua Joana D"Arc	147	Ayrosa	6283140	36024375
138	CEMEI	YOLANDA DE SA BATTISTON	Rua Reinaldo Ceschini	67	Munhoz Júnior	6246150	36863291
139	CEMEI	ZAIRA COLLINO ODALIA	ABACATEIRO	195	CIDADE DAS FLORES	6184260	36073612
140	CEMEIEF	ZILDA ARNS NEUMANN, DRA.	Rua Theda Figueiredo Rega	155	Jardim Elvira	6243020	36041786
141	EMEIEF	ZULEIKA GONCALVES MENDES	DAS ROSAS	949	RECANTO DAS ROSAS	6150350	36913465
PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO							
1	SEDE	Secretaria Municipal de Educação	Rua: Eclisio Viviane	126	Centro	6018140	36519499/3 6519410/11
2	CFOR	Centro Municipal de Formação Continuada	Av: Marechal Rondon	263	Centro	6093020	21830949
3	DME	DME – Divisão de Manutenção da Educação	Rua dos Artistas	10	Jd. Cipava	6075190	36822402/3 6540365



Edital- fls. 48/60



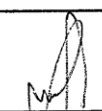
4	DAE	DAE – Depto. de Alimentação Escolar	Av. Oswaldo Collino	860	Pres. Altino	6210008	36991090
5	ALMOX.	Divisão de Almoxarifado da Educação	R. Edelzita Borges Batista, 55 Centro	741	são Pedro/Quitauína	06186-197	36833082

Edital- fls. 49/60

ANEXO VII

Conforme Art. 34, § 1º, inciso V, do Decreto Municipal 13.877/2023. – Reserva orçamentaria

Folha nº 265

	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO ANEXO III - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (em cumprimento ao disposto no inciso I do §1º do art.16 e §2º do art.17, da Lei Complementar nº 101/00)	 OSASCO <small>cidade de família</small>					
AÇÃO GOVERNAMENTAL - (Art.16 ou Art.17)							
<input type="radio"/> Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental (Art. 16) <input checked="" type="radio"/> Despesa Obrigatória de Caráter continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com Execução Superior a dois Exercício (Art. 17)							
Nº do PA	0081/2025						
Cd_Iniciativa	0047						
Nome da Iniciativa	MANUTENÇÃO PREDIAL - SERVIÇOS						
DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL							
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA							
DESPESA ESTIMADA POR EXERCÍCIO - AÇÃO GOVERNAMENTAL							
Programática	Natureza da Despesa	Fonte AUDESP	Valor Estimado por Exercício				Valor Total Estimado
			2026	2027	2028	2029	
08001.12.361.0016.2.011	3.3.90.39.00	01.200.0000	R\$ 231.878,13	R\$ 324.629,38	R\$ -	R\$ -	R\$ 556.507,50
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL			R\$ 231.878,13	R\$ 324.629,38	R\$ -	R\$ -	R\$ 556.507,50
PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO - AÇÃO GOVERNAMENTAL							
Período	Valor Estimado por Exercício				Valor Total Estimado		
	2026	2027	2028	2029			
JANEIRO	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ 46.375,63		
FEVEREIRO	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ 46.375,63		
MARÇO	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ 46.375,63		
ABRIL	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ 46.375,63		
MAIO	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ 46.375,63		
JUNHO	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ 46.375,63		
JULHO	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ 46.375,63		
AGOSTO	R\$ 46.375,63		R\$ -	R\$ -	R\$ 46.375,63		
SETEMBRO	R\$ 46.375,63		R\$ -	R\$ -	R\$ 46.375,63		
OCTUBRO	R\$ 46.375,63		R\$ -	R\$ -	R\$ 46.375,63		
NOVEMBRO	R\$ 46.375,63		R\$ -	R\$ -	R\$ 46.375,63		
DEZEMBRO	R\$ 46.375,63		R\$ -	R\$ -	R\$ 46.375,63		
TOTAL	R\$ 231.878,13	R\$ 324.629,38	R\$ -	R\$ -	R\$ 556.507,50		
DESPESA ESTIMADA POR EXERCÍCIO - DECORRENTES DA AÇÃO GOVERNAMENTAL							
Programática	Natureza da Despesa	Fonte AUDESP	Valor Estimado por Exercício				Valor Total Estimado
			2026	2027	2028	2029	
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Compensação de Efeitos Financeiros na Criação ou Aumento da Despesa							
A Secretária de Planejamento e Gestão Por se tratar de Criação ou Aumento de despesa: Solicito análise e manifestação acerca do <input type="checkbox"/> inciso I do §1º do art.16 ou <input checked="" type="checkbox"/> §2º art.17 quanto:							
<input checked="" type="checkbox"/> Informo que existe previsão na LOA 2025 para a despesa criada/aumentada. <input type="checkbox"/> À compensação dos efeitos financeiros da despesa criada/aumentada será mediante:							
<input type="checkbox"/> Redução da despesa prevista na LOA 2025; <input type="checkbox"/> Aumento da Receita (demonstrar aumento da receita); <input type="checkbox"/> Utilização de recurso decorrente de superávit financeiro (demonstrar superávit financeiro);							
Cidade: Osasco Dia: 8 Mês: Abril Ano: 2025							
 José Tosta Borges Secretário de Educação							



Folha nº 266



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
ANEXO III - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
(em cumprimento ao disposto no inciso I do §1º do art.16 e §2º do art.17, da Lei Complementar nº 101/00)




AÇÃO GOVERNAMENTAL - (Art.16 ou Art.17)	
<input type="radio"/> Criação, Expensão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental (Art. 16)	
<input checked="" type="radio"/> Despesa Obrigatória de Caráter continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com Execução Superior a dois Exercício (Art. 17)	
Nº do PA	0081/2025
Cd_Iniciativa	0047
Nome da Iniciativa	MANUTENÇÃO PREDIAL - SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA

DESPESA ESTIMADA POR EXERCÍCIO - AÇÃO GOVERNAMENTAL									
Programática	Natureza da Despesa	Fonte AUDESP	Valor Estimado por Exercício						
			2026	2027	2028	2029	R\$	R\$	Valor Total Estimado
08001.12.365.0016.2.011	3.3.90.39.00	01.200.0000	R\$ 231.878,13	R\$ 324.629,38	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	556.507,50
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
TOTAL			R\$ 231.878,13	R\$ 324.629,38	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	556.507,50

PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO - AÇÃO GOVERNAMENTAL									
Período	Valor Estimado por Exercício								
	2026	2027	2028	2029	R\$	R\$	R\$	R\$	Valor Total Estimado
JANEIRO	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	46.375,63
FEVEREIRO	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	46.375,63
MARÇO	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	46.375,63
ABRIL	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	46.375,63
MAIO	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	46.375,63
JUNHO	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	46.375,63
JULHO	R\$ -	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	46.375,63
AGOSTO	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	46.375,63
SETEMBRO	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	46.375,63
OUTUBRO	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	46.375,63
NOVEMBRO	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	46.375,63
DEZEMBRO	R\$ 46.375,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	46.375,63
TOTAL	R\$ 231.878,13	R\$ 324.629,38	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	556.507,50

DESPESA ESTIMADA POR EXERCÍCIO - DECORRENTES DA AÇÃO GOVERNAMENTAL									
Programática	Natureza da Despesa	Fonte AUDESP	Valor Estimado por Exercício						
			2026	2027	2028	2029	R\$	R\$	Valor Total Estimado
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
TOTAL			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-

Compensação de Efeitos Financeiros na Criação ou Aumento da Despesa
A Secretaria de Planejamento e Gestão
Por se tratar de Criação ou Aumento de despesa:
Solicito análise e manifestação acerca do <input type="checkbox"/> inciso I do §1º do art.16 ou <input checked="" type="checkbox"/> §2º do art.17 quanto:
<input checked="" type="checkbox"/> Informo que existe previsão na LOA 2025 para a despesa criada/aumentada.
<input type="checkbox"/> A compensação dos efeitos financeiros da despesa criada/aumentada será mediante:
<input type="checkbox"/> Redução da despesa prevista na LOA 2025;
<input type="checkbox"/> Aumento da Receita (demonstrar aumento da receita);
<input type="checkbox"/> Utilização de recurso decorrente de superávit financeiro (demonstrar superávit financeiro);
Cidade: Osasco Dia: 8 Mês: Abril Ano: 2026
 José Tosta Borges Secretário de Educação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
AV. LÁZARO DE MELLO BRANDÃO, 300 - CNPJ: 46.523.171/0001-04
Osasco SP 1136529000

Fis. Nº 273 do Processo
Nº 81 / 2025
Rubrica Juliana

NOTA DE RESERVA

01.00.000.00 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
01.08.000.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
01.08.001.00 - GABINETE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Reserva					
Centro de Custo		Evento		Número	Folha
		08.0047 - Manutenção Predial - Serviços		5700	1
Data	Requisição	Processo	Integrado	Documento	
07/04/2026	20201772	81/2025-NIPA	SIM		

Dotação		Nº Reduzido	Classificação Funcional
Natureza da Despesa		165	12.361.0016.2.011 - Manutenção de Equipamentos Públicos
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
Vínculo		Sub Elemento da Despesa	
01.200.0000 - TESOURO-EDUCAÇÃO - RECURSOS ESPECÍFICOS		16 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
Item da Despesa			
013 - Serviços de Vidraçaria			

Domicílio Bancário				
Descrição	Nº	Banco	Agência	Conta
4131 - 01.200.0000 - BB EDUCAÇÃO - RP REPASSE	41311	1	637-8	73001-7

Convênio			
Nº	Banco	Agência	Conta

Credor		CPF / CNPJ
Razão Social / Fornecedor		
Endereço		Cidade Telefone

Valores		Reservado Anterior	Reserva	Saldo Atual
Dotação Autorizada	9.515.002,00	7.429.193,86	231.878,13	1.853.930,01

Histórico		Valor Unitário	Valor Total
Item	Quantidade		
1	1	231.878,13	231.878,13
Descrição			
Reserva originária da requisição 20201772			
Contratação de empresa para prestação de serviço de vidraçaria.			
Total		231.878,13	

Por Extenso	
Duzentos e Trinta e Um Mil e Oitocentos e Setenta e Oito Reais e Treze Centavos	

Eliane Mendes Alves



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
AV. LÁZARO DE MELLO BRANDÃO, 300 - CNPJ: 46.523.171/0001-04
Osasco SP 1136529000

Fls. 274 do Processo
Nº 81 / 2025
Rubrica *Iseliana*

NOTA DE RESERVA

01.00.000.00 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
01.08.000.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
01.08.001.00 - GABINETE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Reserva		Centro de Custo		Evento		Número		Folha		
				08.0047 - Manutenção Predial - Serviços		5701		1		
Data	Requisição	Processo	Integrado	Documento						
07/04/2026	20201772	81/2025-Nipa	SIM							
Dotação										
Natureza da Despesa				Nro Reduzido		Classificação Funcional				
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				206		12.365.0016.2.011 - Manutenção de Equipamentos Públicos				
Vínculo						Sub Elemento da Despesa				
01.200.0000 - TESOURO-EDUCAÇÃO - RECURSOS ESPECÍFICOS						16 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS				
Item da Despesa										
013 - Serviços de Vidraçaria										
Domicílio Bancário										
Descrição				Nº		Banco		Agência		Conta
4131 - 01.200.0000 - BB EDUCAÇÃO - RP REPASSE				41311		1		637-8		73001-7
Convênio										
Nº				Banco		Agência		Conta		
Credor										
Razão Social / Fornecedor				CPF / CNPJ						
Endereço				Cidade		Telefone				
Valores										
Dotação Autorizada		Reservado Anterior		Reserva		Saldo Atual				
7.448.725,00		7.189.661,23		231.878,13		27.185,64				
Histórico										
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total					
1	1	1	Reserva originária da requisição 20201772	231.878,13	231.878,13					
Contratação de empresa para prestação de serviço de vidraçaria.										
				Total		231.878,13				
Por Extenso										
Duzentos e Trinta e Um Mil e Oitocentos e Setenta e Oito Reais e Treze Centavos										

Eliane Mendes Alves

ANEXO VIII
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OSASCO E A XXXXXXXXXXXXX

Pelo presente instrumento de direito, nesta e na melhor forma, de um lado o **MUNICÍPIO DE OSASCO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 46.523.171/0001-04, com sede na Avenida Lázaro de Mello Brandão, nº 300 – Vila Campesina – Osasco/SP, neste ato representado pelo ... Municipal, Senhor ..., por meio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) -----, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e; de outro lado a empresa ----- inscrita no CNPJ sob nº -----, com sede na -----, neste ato representada pelo Procurador, Senhor -----, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, fundamentando-se na **Lei nº 14.133/2021** e **Decreto Municipal nº 13.877/2023** e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA, COM FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIDROS TIPO INCOLOR, FANTASIA E ESPELHO NAS UNIDADES ESCOLARES E DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, conforme condições e exigências estabelecidas no **Termo de Referência** constante do **Processo Administrativo nº 00.081/2025**.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.2.2. O Edital de Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá a vigência de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura da Ordem de Início do Serviço, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado expressamente, nas condições permitidas pelos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, com a possibilidade de reajuste pelo índice IPC/FIPE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto deverá ser executado em conformidade com conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência vinculado ao Processo Administrativo nº 00.081/2025.

3.2. Prazo de instalação: A instalação da quantidade total ou parcial solicitada neste Termo de Referência deverá ocorrer de forma que a primeira intervenção não ultrapasse o prazo de 5



Edital- fls. 54/60

(cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço ou do recebimento do pedido pela requisitante. A execução deverá ser agendada previamente e realizada de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 17h.

- 3.2.1. Na entrega provisória a Contratada terá um prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir da entrega dos vidros na unidade para execução dos serviços.
- 3.2.2. Na entrega definitiva, dos vidros instalados, a qual deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias corridos da entrega provisória, a contratada emitirá a Ordem de serviços, a qual deverá ser assinada pelo responsável da unidade e encaminhada a Diretoria de Obras para fins de ateste da Nota Fiscal.
- 3.3. Locais de instalação: o material deverá ser instalado ponto a ponto nos endereços listados conforme ANEXO Relação de endereços, do ETP.
- 3.4. Na hipótese de o objeto não corresponder às especificações contidas neste termo de referência, a empresa será notificada da recusa e deverá substituí-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem custo adicionais à Contratante.

CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 4.1. Gestores:
 - 4.1.1. Titular: Wesley Gomes de Souza – Mat. 197.479
E-mail: wesleysouza@sed.osasco.gov.br
 - 4.1.2. Suplente: Diogo Bonifácio Vieira – Mat. 203.207
E-mail: diogo.sed@osasco.sp.gov.br
- 4.2. Fiscais:
 - 4.2.1. Titular: Tatiane Elisa Teixeira Mendes – Mat. 192.494
E-mail: tatianeelisa@sed.osasco.sp.gov.br
 - 4.2.2. Suplente: Suelen Micolaeski – Mat. 198.360
E-mail: suelenmicolaeski@sed.osasco.gov.br
- 4.3. O acompanhamento e a fiscalização do contrato por parte da CONTRATANTE serão exercidos pelo Gestor do Contrato, que deverá: acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços e produtos gerados, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas observados e dando ciência de tudo à CONTRATADA.
- 4.4. O Contrato ficará sob o regime de acompanhamento e fiscalização pelos gestores e suplentes, todos da Secretaria de Educação do Município de Osasco, nos termos do Decreto Municipal nº 13.964/23, art. 183.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será efetuado no prazo de **29** (vinte e nove) **dias úteis**, contados da data do

Edital- fls. 55/60

atesto do serviço realizado no verso da Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada.

- 5.2.** Na hipótese de existir Nota de Retificação e/ou Nota Suplementar de Empenho, a mesma deverá acompanhar os demais documentos.
- 5.3.** A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do contrato, número do Processo Administrativo – 00.081/2025, número do pregão – 90.039/2026, Número da Nota de Empenho, preço unitário e preço global, bem como indicando o número da conta corrente, banco, e a agência com qual opera, sob pena de retenção de pagamento.
- 5.4.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para devidas correções. Nesse caso, o prazo de pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota/fatura sem incorreções.
- 5.5.** A Contratada deverá enviar Notas Fiscais digitalizadas para o seguinte e-mail setordecomprasnotas@sed.osasco.sp.gov.br.
- 5.6.** Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA terá direito à aplicação de compensação financeira.
- 5.7.** Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 5.8.** O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1.** O valor total deste contrato é de R\$ -----
- 6.2.** As despesas com a execução deste contrato onerarão os recursos da dotação orçamentária nº -----, do **Processo Administrativo nº 00.081/2025**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1.** São obrigações da **CONTRATANTE**:
- 7.1.1.** Comunicar a CONTRATADA toda e quaisquer ocorrências relacionadas a prestação dos serviços;
- 7.1.2.** Solicitar os serviços em conformidade com as suas necessidades durante o período do contrato;
- 7.1.3.** Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas
- 7.1.4.** Repassar as informações e esclarecimentos necessários ao Contratado para a correta execução do serviço;
- 7.1.5.** Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades na prestação dos

Edital- fls. 56/60

serviços;

- 7.1.6. Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos no Contrato;
- 7.1.7. Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados nas hipóteses previstas em lei;
- 7.1.8. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. São obrigações da **CONTRATADA**:
 - 8.1.1. As despesas de pessoal com transporte, refeição e alojamento serão às custas da Contratada.
 - 8.1.2. Havendo rejeição dos serviços no todo ou em parte, a Contratada deverá refazê-los no prazo de 5 (cinco) dias corridos estabelecido pela Diretoria de Obras – SE, observando as condições estabelecidas para a prestação e serviços;
 - 8.1.3. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções conforme aplicação da lei 114.133/2021;
 - 8.1.4. A prestação de serviço dará início em até 05 (cinco) dias corridos após a assinatura da Ordem de Início de Serviço emitida pela Diretoria de Obras;
 - 8.1.5. Após a expedição da Ordem de Serviço, a Contratada deverá providenciar o cronograma de atendimento e realizar o agendamento prévio dos serviços solicitados pelo Departamento de Obras – SE;
 - 8.1.6. Proceder regularmente a limpeza e remoção de resíduos e do lixo resultante dos serviços, se houver, para local apropriado, evitando transtorno ao funcionamento das atividades nas unidades;
 - 8.1.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados, à Administração ou a terceiros, pelos seus empregados, trabalhadores, representantes ou prepostos, advindos dolosa ou culposamente de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do Contrato;
 - 8.1.8. Arcar com todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
 - 8.1.9. Fornecer materiais com a devida mão-de-obra para remoção de vidros trincados,



Edital- fls. 57/60

quebrados, limpeza total e segura do local, substituição completa e eficaz, colocação geral, sem trincas, rebarbas, e/ou outros defeitos, com uso de materiais complementares necessários, tais como: massa para vidro, ou outros componentes específicos para a devida colocação, devendo todos os materiais, bem como materiais complementares, ser originais, novos, de primeira linha e devem respeitar os quantitativos descritos nas especificações descritas em termo de referência;

8.1.10. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

8.1.11. Informar à Administração quanto à eventual mudança de endereço, telefone e e-mail de seu estabelecimento, bem como qualquer alteração de outro(s) dado(s) relevante(s) para a Administração.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e do capítulo X, do Decreto Municipal nº 13.877/2023 o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando solicitada;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

9.1.5. Fraudar a licitação.

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

Edital- fls. 58/60

- 9.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 9.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2.** Com fulcro no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.** Advertência;
- 9.2.2.** Multa;
- 9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e

Edital- fls. 59/60

- 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contados da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.
- 9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

- 10.1.** Dar-se-á rescisão deste ajuste, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do disposto nos artigos 137 a 139, Lei Federal nº 14.133/2021, em especial no inciso VIII, do artigo 137, da citada Lei.
- 10.2.** Na hipótese de rescisão administrativa, a **CONTRATADA** reconhece, neste ato, os direitos do **CONTRATANTE**, previstos no artigo 139, da Lei Federal mencionada no subitem anterior.

Edital- fls. 60/60

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se este, para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente, nos termos do Artigo 183, da Lei de Licitações.
- 11.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.3. Caberá a **CONTRATADA** arcar com todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados contratados.
- 11.4. A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com as obrigações assumidas.
- 11.5. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 13.877/2023, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

- 12.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Osasco para dirimir eventuais questões decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim justas e de acordo, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias, todas de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, sendo a seguir arquivado em ordem numérica de acordo com a Legislação Municipal em vigor.

Osasco, __ de _____ de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário de xxxxxxxxx

Nome representante

(Empresa)